

## Aprendendo e ensinando a voar... a experiência das mulheres indígenas do Ceará com a educação diferenciada<sup>1</sup>

**Racquel Valério Martins<sup>i</sup>** 

Instituto de Iberoamerica da USAL, Salamanca, Espanha

**Maria Veirislene Lavor Sousa<sup>ii</sup>** 

Universidad de Salamanca, Salamanca, Espanha

**Rute Marais Souza<sup>iii</sup>** 

Universidad de Salamanca, Salamanca, Espanha

**Raquel da Silva Alves<sup>iv</sup>** 

Universidade Federal do Recôncavo, BA, Brasil

1

### Resumo

Levando em consideração as quatro décadas da CEDAW<sup>2</sup>, percebe-se que as mulheres indígenas no Brasil são duplamente discriminadas, porque são indígenas e porque são mulheres, neste caso também dentro e fora de seus grupos étnicos. Elas sofrem devido à falta de educação adequada, à deficiência dos sistemas oficiais de saúde, falta de acesso à terra, negação de propriedade, despejos violentos, pobreza, falta de proteção contra doenças, e a violência de gênero, porque apesar de seus protestos, elas não são ouvidas, e ainda falta vontade política para garantir sua não-discriminação. Através dos relatos de experiência destaca-se o crescente empoderamento da mulher indígena cearense, com exemplo de duas etnias que alçaram voo e seguem ensinando e aprendendo a voar com suas vivências com a Educação Diferenciada.

**Palavras chaves:** Mulheres Indígenas. CEDAW. Empoderamento. Educação Diferenciada.

### Learning and teaching to fly... the experience of the women indigenous of Ceará with education

#### Abstract

Taking into account the four decades of CEDAW<sup>3</sup>. It can be seen that indigenous women in Brazil are doubly discriminated against, because they are women, in this case also within their ethnic groups. They suffer due to the lack of adequate education, the lack of official systems of lack of access to land, denial of property, violent evictions, poverty, lack of protection against diseases, and gender-based violence because despite their protests, they are not heard, and there is still a lack of political will to guarantee their non-discrimination. Through of experience reports, the growing empowerment of indigenous women from Ceará stands out, whit the example of two ethnic groups that took flight and continue to teach and learn to fly with their experiences with Indigenous Education.

<sup>1</sup> O título desse artigo foi baseado no título da Mesa-redonda 28 apresentada no FIPED SALAMANCA, realizado no período de 14 a 16 de outubro de 2020. A referida Mesa foi apresentada no dia 15.

<sup>2</sup> *Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women* (Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres).

<sup>3</sup> *Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women*

**Keywords:** Indigenous Women. CEDAW. Empowerment. Indigenous Education.

### **Aprendiendo y enseñando a volar... la experiencia de las mujeres indígenas de Ceará con la educación**

#### **Resumen**

Teniendo en cuenta las cuatro décadas de la CEDAW<sup>4</sup>, es evidente que las mujeres indígenas en Brasil son doblemente discriminadas, porque son indígenas y porque son mujeres, en este caso también dentro y fuera de sus grupos étnicos. Ellas sufren debido la falta de educación adecuada, la deficiencia de los sistemas oficiales de salud, falta de acceso a tierra, negación de propiedad, desplazamientos violentos, pobreza, falta de protección contra enfermedades, y la violencia de género, porque apesar de sus protestas, ellas no son oídas, y aún falta voluntad política para garantizar su no discriminación. A través de informes de experiencia se destaca el creciente número de empoderamiento de la mujer indígena cearense, con ejemplo de dos etnias que tomaron vuelo y siguen enseñando y aprendiendo a volar con sus vivencias con la Educación Indígena.

**Palabras clave:** Mujeres Indígenas. CEDAW. Empoderamiento. Educación Indígena.

2

## **1 Introdução**

A reflexão aqui proposta é sobre a participação e empoderamento feminino das mulheres indígenas no Estado do Ceará, especificamente construído por duas mulheres das etnias Jenipapo-Kanindé e outra da etnia Anacé de Caucaia que participaram do debate em torno da temática proposta no evento Fórum Internacional de Pedagogia em Salamanca – FIPED SALAMANCA, em outubro de 2020, realizado online, por causa do contexto mundial da pandemia. O interesse em aprofundamento pela causa e o tema da discussão vem crescendo desde uma situação peculiar ocorrida em julho de 2014 a qual despertou para uma reflexão sobre a importância da sabedoria popular, o engajamento e o papel social sobre essa sabedoria passada de geração à geração, entendendo esse processo como o saber que permite discernir qual o melhor caminho a seguir, a melhor atitude a adotar nos diferentes contextos que a vida apresenta a partir do conhecimento próprio e rotineiro do povo. Percebe-

---

<sup>4</sup> Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women (Convención para la Eliminación de Todas las Formas de Discriminación Contra las Mujeres).

se ainda como inegável a contribuição de tal sabedoria para o empoderamento feminino destacado na comunidade Jenipapo Kanindé.

## 2 Metodologia

3 Partimos de uma pesquisa de mestrado sobre a comunidade Jenipapo-Kanindé e a partir dessa, as percepções resultantes do retorno numa visita à Dona Maria de Lourdes da Conceição, a Cacique Pequena, em sua casa, na referida comunidade, na cidade de Aquiraz/CE, quando foi entregue em suas mãos uma cópia do TFM (Trabalho de Fim de Mestrado)<sup>5</sup> que havia sido concluído e que tinha ela e seu povo como um dos objetos de estudo. Tãmanha foi a surpresa que nos causou quando comentou que um dia iria ler aquele trabalho, pois agora não poderia porque somente sabia assinar o nome. Foi aí que se percebeu uma lacuna: faltava uma maior valorização de uma sabedoria ímpar que entendia a educação como a melhor ferramenta para as transformações sociais.

Pela relevância da temática educação escolar indígena para a proposta de uma educação de qualidade, no evento FIPED SALAMANCA, sugeriu-se a formação de uma Mesa-redonda, na qual fossem protagonistas mulheres indígenas, e elas próprias nos contassem sobre suas experiências com a Educação. A composição da mesa, apresentada dia 15 de outubro de 2020, foi com a presença da Cacique Pequena, de Raquel Jenipapo-Kanindé e da indígena Rute Anacé de Caucaia e mediada pela doutoranda de Ciências Sociais na Universidad de Salamanca, Maria Veirislene Lavor Sousa. As discussões geradas resultaram na escrita conjunta desses relatos de experiência, um tipo de narrativa que legitima a experiência das mulheres indígenas participantes como um fenômeno científico e que ajudará na compreensão da relação dessas mulheres com o seus mundos através da realidade de cada uma delas, como orienta Freire (1990) (NASCIMENTO; ALMEIDA; MACHADO, 2021).

---

<sup>5</sup> Utilizamos a nomenclatura TFM (Trabalho de Fim de Mestrado) indicando a tradução literal de *TFM (Trabajo Fin de Máster)* que é a nomenclatura utilizada para as dissertações de mestrado realizadas na *Universidad de Salamanca*, Espanha, onde foi concluído o trabalho que fazemos referência.

### 3 Resultados e Discussões

#### 3.1 A CEDAW, ODS e outros referenciais para debate

4

Necessita-se aqui comentar e sugerir um aprofundamento sobre o documento que é considerado a Magna Carta dos Direitos Humanos das Mulheres, a Convenção Internacional CEDAW – Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, o qual corresponde a um instrumento fundamental, mas cujas potencialidades são ainda pouco conhecidas também em muitas partes do mundo. Para suprir esta lacuna, é importante evidenciar que:

- A CEDAW prevê explicitamente que os Estados que a subscreveram, reportem periodicamente junto das Nações Unidas em que medida estão a dar cumprimento às disposições da Convenção.
- A CEDAW que completou 40 anos no final de 2019 segue absolutamente atual, fornecendo um conjunto de diretrizes que permitem orientar o trabalho de todas as pessoas e organizações que intervêm em defesa dos Direitos Humanos das Mulheres.

Com o intuito de informar aos leitores sobre a CEDAW e especialmente sobre o que aprendemos como participantes do FIPED SALAMANCA com as falas das mulheres indígenas, incluímos neste artigo suas histórias, onde essas aparecem como empoderadas, embora ainda sejam pouco conhecidas da população em geral. Podemos ainda, associar facilmente trechos dos principais artigos da CEDAW aos quais está relacionado o 5º Objetivo do desenvolvimento sustentável que é alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas às mulheres e meninas.

Falar dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é um misto de urgência e de utopia, urgente porque tem as possibilidades de mudanças, e a vertente utópica se deve ao fato de tratar-se de temas apaixonantes. Assim, a consideração das histórias contadas por estas mulheres visa contribuir para a visibilidade desta Convenção que é de todas e todos, buscando facilitar a sua apropriação por parte de todas as pessoas que, nas mais variadas esferas de atividade, pugnam por uma

sociedade mais democrática, igualitária e participativa, na tentativa de atingir a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

No período que coincide com a criação da CEDAW, Brasil, assim como Bolívia, Equador, Colômbia e Venezuela, desponta o cenário do movimento indigenista. No entanto, passaram-se duas décadas para que o referido movimento fosse refletido na Educação Indígena Diferenciada e no curso de magistério voltado para os indígenas em nosso país, que começou no ano de 1998, com as políticas educacionais do Programa de Expansão da Escola Indígena.

Na Bolívia, temos o exemplo das universidades indígenas criadas somente no ano de 2008, consagradas através do decreto supremo de número 29.664, durante o governo de Evo Morales. Se compararmos tal realidade com a situação indigenista do Brasil, observa-se que, nesse período, quando se deu a institucionalização da Escola Diferenciada no ano de 2009, se tornou urgente, tomadas de atitudes na criação de cursos superiores voltados para os membros dessas comunidades, que concluíram o sistema de ensino médio brasileiro nos moldes da educação diferenciada. Esse quadro no Brasil, no caso das mulheres indígenas do Ceará, tem como consequência um processo de empoderamento.

De acordo com Paulo Freire, quem é citado como o primeiro autor a traduzir o termo empoderamento para o português, uma tradução de *empowerment*, um *vocabulo* que está relacionado com a capacidade que o indivíduo tem de provocar em si mesmo as mudanças necessárias para evoluir e suportar-se, e que aparece em muitas de suas obras. Empoderar-se é tornar-se capaz de agir em busca da satisfação de seus desejos, podendo ser o que quiser ser. É o que de fato vem acontecendo com as mulheres indígenas Jenipapo-Kanindé e Anacé, além de muitos casos em outras etnias, que como muitas jovens indígenas saíram de seus territórios para ingressar numa universidade. Essas mulheres ao ocupar o espaço urbano têm a percepção de que a cidade não é seu lugar, onde são constantemente questionadas sobre ser ou não “índia de verdade” e sofrem além dessa violência que é o preconceito, o racismo institucional, a invisibilidade e muitas outras.

Nos dicionários de língua portuguesa (DPLP<sup>6</sup> e Dicio.com.br<sup>7</sup>), a palavra “empoderamento” é descrita como o ato ou efeito de promover conscientização e tomada de poder de influência de uma pessoa ou grupo social, geralmente para realizar mudanças de ordem social, política, econômica e cultural no contexto que lhe afeta. Como gíria consta ainda que é passar a ter domínio sobre a própria vida; ser capaz de tomar decisões sobre o que lhe diz respeito: empoderamento das mulheres. (Dicio.com.br). Assim o entendemos e faz-se necessário saber: Como? Onde? Para quê? Nada melhor do que responder a esses questionamentos com as histórias femininas.

E tratando especificamente do empoderamento feminino, fazemos referência aqui à luta para assegurar que a mulher tenha voz e vez. Entendendo que os distintos caminhos têm sido traçados por mulheres indígenas que apresentam o mesmo apelo constante na trajetória das demais mulheres, não importando que origens tenham. Todas precisam apropriar-se de si. Eis o que norteia as existências e as afinidades e ajuda no exercício da resistência feminina. No dia a dia aprende-se que é tarefa de toda mulher - desde menina - mesmo que não dita, manter-se firme, a sua maneira, para fazer da sua condição uma experiência positiva. No caso das mulheres indígenas, observa-se que mesmo com o preconceito sofrido, ele é combatido, desconstruído, deixando claro que não há espaço para tal, pois o processo de empoderamento e fortalecimento sobre o processo educativo, já vem acontecendo, mesmo em longo prazo e a passos lentos.

Este processo de empoderamento das mulheres através da educação vem sendo estudado e acompanhado através da literatura, apesar de ainda escassa.

De acordo com Fernanda Selingardi Matias e Michele Bertoldo Coelho (2020), em um artigo jornalístico publicado no *diplomatique Brasil*, foi somente em 1879 que ocorreu a abertura das portas da universidade para as mulheres no Brasil. E afirmam que a inserção das mulheres na educação e no trabalho vem acontecendo em muitas áreas, ainda que muito lentamente.

---

<sup>6</sup>Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/Consultar.aspx>.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>

Um exemplo importante para este diálogo é o caso de Maria Pankararu, a primeira mulher indígena doutora que recebeu o título no ano de 2006, encorajando outras mais. Outro exemplo citado é o caso da Wapichana, que foi a primeira mulher indígena a ser eleita para a Câmara dos Deputados, integrante de uma tribo que leva o mesmo nome, localizada no norte do Brasil. Ela foi candidata pelo estado de Roraima e recebeu 8.491 votos nas eleições realizadas em outubro de 2018. Por este pleito, ela foi premiada na sede da ONU, em Nova York com o Prêmio de Direitos Humanos, concedido a cada cinco anos desde 1963. São premiados indivíduos e organizações que contribuem para a promoção dos artigos previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Wapichana afirma que "É muito importante receber esse reconhecimento porque no Brasil, neste momento, continuamos sofrendo um implacável ataque contra nossos direitos e nossa herança cultural".

A desigualdade social, somada às discriminações étnico-raciais, socioculturais e econômicas se apresenta como alguns dos diversos problemas enfrentados por indígenas no Brasil e nos seus espaços institucionais. Ainda persistem as expectativas sociais de que indígenas deixem de ser indígenas e passem a integrar a realidade brasileira assumindo uma vida homogeneizada tipicamente capitalista. A partir disso, persiste uma visão estereotipada e estigmatizada do índio como um indivíduo que deve manter-se isolado ou uma visão preconceituosa que ao identificar o ingresso de indígenas em outras dinâmicas como a da vida urbana, por exemplo, tratá-lo como não índio. Questões culturais, como essas, prejudicam a inserção de indígenas no ambiente universitário que vai da formação ao exercício da docência (GOFFMAN, 1980).

De acordo com o livro da CEPAL<sup>88</sup> intitulado *Los pueblos indígenas en América (Abya Yala): desafíos para la igualdad en la diversidad*, quando tal realidade chega de encontro à situação das mulheres indígenas e o acesso ao ensino superior, tal conjuntura mostra características alarmantes, uma vez que o número de mulheres indígenas que chega ao ensino superior supera o número de indígenas homens. Portanto, desde uma perspectiva Emic (Harris, 2011), analisou-se o discurso

---

<sup>88</sup> Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL).

antropológico de mulheres indígenas do nordeste brasileiro, relatando, suas dificuldades, lutas, preconceitos enfrentados e os processos de resiliências que foram submetidas, quando observados vários fatores de exclusão no seio de uma sociedade patriarcal, onde entre os quais destacamos: Mulheres; indígenas; nordestinas; pobres e fora da faixa etária muitas vezes imposta pela sociedade no contexto educacional.

### 3.2 Histórias de mulheres indígenas

Embora entendamos que, a realidade particular de um sujeito não explica tendências históricas de um povo, consideramos importantes os relatos de apresentação de cada uma das mulheres indígenas convidadas porque as tendências são as histórias que expressam elementos de continuidade, de dificuldades objetivas e não objetivas quando se trata do acesso dos povos indígenas ao ensino médio, superior, e em especial, aos cursos de pós-graduação. Por tanto, optamos por uma metodologia multivariada, com base nas histórias de vida, estudos de casos, dando ênfase ao caráter qualitativo da proposta.

A universidade e o sistema de educação superior brasileiro vivem o desafio constante de possibilitar de forma cada vez mais ampla e democrática, a formação de novos pesquisadores. De acordo com a diretora de avaliação da CAPES, Sônia Nair Bábó, em exposição durante um evento realizado pela *Asociación Universitaria Iberoamericana de Postgrado – AUIP*, em Salamanca, em novembro de 2018, nos últimos dez anos houve um crescimento da oferta de pós-graduações brasileiras com uma conseqüente redução da assimetria regional nesse nível de formação. É exatamente o desafio da democratização que direciona os espaços institucionais a refletirem o modo como os novos profissionais entram e saem dos processos formativos.

Considerando que o Brasil é marcado por uma formação histórico-social baseada, como bem afirmaram Fernanda Selingardi Matias e Michele Bertoldo Coelho na desigualdade social (2020), mas também política e econômica, refletir sobre as possibilidades de ruptura dessa realidade em âmbito institucional e, na reconstrução



de políticas públicas é uma importante tarefa para os sujeitos que tornam a universidade um espaço efetivamente democrático.

Por essas questões, a interlocução entre relatos de experiências e aproximações teóricas faz-se necessária como uma tarefa reflexiva, importante para a direção da renovação dos quadros de pesquisadores no espaço universitário.

### 3.2.1 A experiência da Cacique Pequena

Cacique Pequena, Dona Maria de Lourdes da Conceição, nascida em 25 de março, de 1945, estando com 74 anos quando da sua participação nesse evento, viveu uma infância difícil, com deficiência visual (criada como cega) até os 11 anos de idade, se descreve como uma mãe acolhedora, aconselhadora, com conhecimentos de vida, diferente dos estereótipos de “selvagens” que geralmente esperam encontrar os visitantes que chegam à Aldeia Jenipapo-Kanindé. Analfabeta até os 70 anos, hoje concluiu o Ensino Médio, numa trajetória assumida durante os últimos oito anos, na escola que ela idealizou e conseguiu fazer chegar à sua comunidade. Cacique Pequena é a maior líder da referida comunidade, hoje com 466 integrantes, localizada no município de Aquiraz, na Região Metropolitana de Fortaleza, distante 30Km da capital, chefiada por ela, uma mulher, desde 1995, quem também fundou a Associação das Mulheres Indígenas Jenipapo-Kanindé (AMIJK), entidade criada em 2004 e que visa:

defender não somente os direitos das mulheres indígenas, mas também melhorar a qualidade de vida da comunidade, promovendo a cultura nativa, a paz e o combate ao uso abusivo de bebidas alcólicas, com parcerias de órgãos não indígenas, como por exemplo, as universidades e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (ESTATUTO Da AMIJK, 2004).

Cacique Pequena foi a primeira mulher a chefiar uma tribo não só no Brasil, mas na América Latina, tornando-se uma exceção da comum organização machista das aldeias indígenas, a qual aos olhos dos não-índios enquanto os homens caçam e guerreiam, as mulheres cuidam da casa e das crianças. Em meados da década de 90, com o falecimento do cacique Teodorico, deixando a comunidade sem chefe, a

Cacique Pequena foi escolhida por seu povo para representá-los, ela que diz desde muito cedo ter descoberto que mulher não nasceu só para cozinhar e ter filhos, que pode exercer várias funções, inclusive liderar o seu povo, como vem fazendo por mais de três décadas.

Sua primeira missão no cargo foi participar de uma série de reuniões sobre os direitos indígenas com outros chefes em Belo Horizonte e Brasília. Conta que na capital mineira, onde fez a primeira parada, encontrou um obstáculo. Em uma sala com cerca de 40 caciques, todos homens, e que não consideravam certo uma mulher ser cacique, foi rechaçada. “Disseram que mulher só servia para cama e pé de fogão, que não tínhamos a potência de um homem”, conta. Porém, sem sentir-se intimidada, Cacique Pequena pediu a palavra e passou o seguinte “sermão” aos presentes:

De onde vocês vieram? Eu sei que não foram feitos do vento nem saíram da casca de um ovo. Vieram ao mundo porque uma mulher teve força para parir vocês. A mãe de vocês aguentou nove meses de sopapos no ventre e agora merece um xingamento desses? Sim, porque o que estão dizendo é sobre todas as mulheres, não apenas sobre mim. Se acham que só servimos para cama e fogão, estão dizendo isso sobre a mãe de vocês. Pois eu vou falar uma coisa: mulher não nasceu só para isso. Nascemos para ser alguém na vida também. Se eu estou aqui é porque o meu povo me escolheu. Na minha aldeia tem homens. Tem ancião, jovem, adolescente, criança. Mas eles escolheram a mim. E eu mereço respeito!

Foi sem dúvida uma trajetória de coragem na luta pelos direitos de sua etnia.

Sobre o Direito à Educação, segundo a Cacique Pequena, antes da escola diferenciada, era totalmente diferente de hoje. As crianças estudaram com grande dificuldade, no prédio onde hoje funciona a Pousada e o Museu do Índio da comunidade Jenipapo-Kanindé, ali funcionou a primeira escolinha que chegou na comunidade, e todos os professores eram brancos. Hoje, todos são índios, o que considera a maior conquista os professores indígenas estarem ensinando na etnia Jenipapo-Kanindé desde o ano de 2000. Ensinam do jardim ao nono ano. O ensino médio, até se conseguir a primeira formação de adultos, era feito pelo branco, no Iguape (distrito vizinho), na Escola Osvaldo Studart. No ano de 2012 haviam ingressado naquela escola, 8 alunos que concluíram o nono ano na Escola Diferenciada e estava em andamento o curso de capacitação de professores

indígenas para o ensino médio (MISIPITAKAJÁ), iniciado em 1998 e que teve sua nomenclatura mudada para LIIPITAKAJÁ (Licenciatura Intercultural Indígena dos Povos Pitaguary, Tapeba, Kanindé, Jenipapo-Kanindé e Anacé), passando o programa de formação de professores do nível de magistério para uma licenciatura de nível superior.

Além de ter gravado um “disco” com canções de sua autoria, há pouco mais de oito anos, iniciou na primeira turma da Educação de Jovens e Adultos formada na escola diferenciada da comunidade, “escola que ela conseguiu”. Cacique pequena voltou a estudar em 2013, 2014 iniciando o EJA Fundamental I, em 2015, no ano de 2016 passou a fazer EJA Fundamental II e em 2017 passou a fazer o Ensino Médio concluindo no ano de 2018 seu curso, realizando um grande sonho que era sair da estatística dos analfabetos brasileiros.

Mulher, mãe, indígena, idosa, pobre... Cacique Pequena é um exemplo de que o poder de participação tem chegado pouco a pouco às mulheres e, também de esperança de que a educação, em todos os níveis pode tornar o “fardo” mais leve para o(a)s indígenas que queiram.

### 3.2.2 A graduanda Raquel Alves

Raquel da Silva Alves, é uma indígena de 21 anos, neta da Cacique Pequena, que foi aluna da escola da comunidade Jenipapo-Kanindé até o nono ano e cursou o ensino médio na Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Coronel Osvaldo Studart, no distrito do Iguape, escola mais próxima da comunidade e à época seu sonho era cursar a faculdade de arquitetura e chamava a atenção para a dificuldade que era a distância e o difícil acesso à comunidade sem a existência do serviço de transporte público, por exemplo, o que se refletia negativamente na disponibilidade de professores para as escolas, sendo essa uma das grandes necessidades para que os alunos pudessem competir no acesso às universidades com os das outras escolas (tradicionais) do município, o que só seria resolvido ou amenizado, acreditava ela, com a conclusão da capacitação de professores indígenas, um programa que estava em andamento na Universidade Federal do Ceará e que no final do ano de 2016

formou 74 indígenas, das etnias Pitaguary, Tapeba, Kanindé de Aratuba, Jenipapo-Kanindé e Anacé que integravam a primeira turma e que colou grau no dia 02 de agosto daquele ano, data marcada com muita festa e alegria no registro de um fato histórico que foi a formatura de professores indígenas cearenses.

No ano de 2016, após concluir o ensino médio, tentou ingressar no ensino superior no estado do Ceará, sem êxito, tendo que mudar-se para o estado da Bahia, onde foi selecionada para a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), para o curso de Serviço Social. Diz ela:

Não consegui entrar no espaço universitário do Ceará, mas consegui na UFRB pelo sistema de cotas. Sou muito agradecida por isso, especialmente pela oportunidade que tenho tido de dar mais visibilidade aos indígenas.

Raquel, que sempre foi atuante na comunidade, participava dos movimentos e instrumentos da comunidade, era monitora do Museu Jenipapo-Kanindé e atualmente vem participando de encontros da comunidade universitária, como o FIPED SALAMANCA, representando muito bem os indígenas cearenses.

Em novembro de 2017, durante sua participação no XI Fórum Pró Igualdade Social e Inclusão Social do Recôncavo, com o tema nossos ancestrais vivem! Raquel afirma:

A luta indígena no Ceará é construída por mulheres, Cacique Pequena, Cacique Irê e eu aqui representando elas, eu como jovem indígena, mas sobretudo como mulher. Mulheres indígenas conquistando os espaços, mostra uma luta maior, as vezes desesperador! Não é fácil!

E considera que passar no processo seletivo para ingresso na universidade, por si só, já é muito difícil, mas permanecer é bem mais difícil ainda. Faz referência ainda a uma amiga da etnia Pankararu que ingressou na primeira turma da UFRB e que se emocionava quando comentava que sentia vergonha de dizer que era indígena, não por ser indígena, mas pelo que as pessoas iriam dizer por ela ser indígena, não considerando que o espaço universitário é de todos.

Participou também, inclusive da organização, do I Encontro dos/das estudantes indígenas da UFRB, realizado em dezembro de 2017. Nas chamadas do

evento, Raquel junto com a também indígena da etnia Jenipapo-Kanindé, Daniela Alves, quem comentava: “... só nós que sabemos o que passamos pra hoje estarmos aqui tão grudada uma na outra, são tantas histórias que prefiro não contar”, divulgavam nas redes sociais:

Bora pintar a UFRB de jenipapo<sup>9</sup> e urucum<sup>10</sup>, Universidade é lugar de índio SIM e faremos desse evento o nosso primeiro passo para que as Universidades, em especial a UFRB, tenham ciência que podemos habitar esses espaços, bora juntar forças galera e diga ao povo que avance! AVANÇAREMOS!

E não se tem dúvida desse avanço. Tem sido um voo... E por falar em voo, foi alçado um para o além-mar, como nos contou um pouco uma das convidadas.

### 3.2.3 Rute Anacé persevera para crescer

Rute Moraes Souza, indígena do povo Anacé, tem 23 anos, nasceu em 25 de julho de 1997, em Fortaleza (Ceará). É indígena do povo Anacé de Caucaia. Concluiu o curso de Antropologia, se tornando a primeira indígena a se formar na UFRB. Ela é Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) em 2019. Defendeu seu trabalho de conclusão de curso que tem como tema Tabas, Roças e Lugares de Encanto: construção e reconstrução em Matões Caucaia-

<sup>9</sup> Jenipapo é o fruto do jenipapeiro (*Genipa americana*), uma árvore que chega a vinte metros de altura e é da família Rubiaceae, a mesma do café. É encontrada em toda a América tropical. No Brasil, encontramos pés de jenipapo nativos na Amazônia e na mata atlântica, principalmente em matas mais úmidas, ou próximo a rios — a planta inclusive aguenta encharcamento. As jovens indígenas com seu manifesto se referiam a esse fruto que em guarani, significa “fruta que serve para pintar”. Isso porque, do sumo do fruto verde, se extrai uma tinta com a qual se pode pintar a pele, paredes, cerâmica etc. O jenipapo é usado por muitas etnias da América do Sul como pintura corporal, que dura aproximadamente duas semanas. Tem uma coloração azul-escura que se forma pelo contato da genipina contida nos frutos verdes com as proteínas da pele, sob ação do oxigênio atmosférico. Maiores informações no link: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Jenipapo\\_\(desambigua%C3%A7%C3%A3o\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jenipapo_(desambigua%C3%A7%C3%A3o))

<sup>10</sup> O Urucum, é uma planta de origem americana, se remonta aos tempos dos Mayas. o nome científico do Urucum é *bixa orellana*, o que faz referência ao “descubridor” do Amazonas que se chamava Francisco de Orellana. No Perú e no Brasil as tribos indígenas o usam além de para a cura de infecções, também para a produção de corante alimentício (o coloral) e para pinturas, inclusive corporais, pois suas sementes têm uma cor vermelha intensa e estudos comprovam seu poder hidratante. As informações se encontram nos links: <https://sportadictos.com/2016/11/urucum-desinflamar-prostata> e <https://pepitaygrano.com/urucum-o-como-ponerse-moreno-sin-arrugarse-como-una-pasa/>

Ceará, exaltando resistência, pois estudou a situação do território indígena Anacé, sendo pesquisadora e pesquisada do processo de remoção do seu povo por conta da industrialização no território, e conta como está sendo a adaptação física e simbólica das famílias indígenas no novo chão.

Atualmente, é mestranda em Antropologia de Ibero América na Universidad de Salamanca, na Espanha, tendo ingressado em plena pandemia, num período de adequação do curso 2020-2021, que será excepcionalmente 100% online. É importante enfatizar que a estudante teve muitas contribuições para custear o curso. Rute fez uma vaquinha online para conseguir o valor necessário, pois não foi aprovada na bolsa que solicitou. Assim, já é membro da ABS. Como ela diz: “Vai ter índia na Universidade sim!”.

Concomitante com o mestrado da USAL, Rute foi selecionada para o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social a título também de Mestrado Acadêmico, na Universidade de Brasília – UNB. Ela é ainda membro da Associação Brasileira de Indígenas Antropólogos (ABIA) e da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Nos anos de 2017 e 2018, foi discente voluntária de iniciação científica no Projeto Mapeamento dos Relatórios de Identificação de Territórios Quilombolas (1988 a 2016). É ainda, integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Étnicas (GETE), da Universidade Federal do Ceará (UFC).

#### 4 Considerações finais

Como vimos, primeiro no relato da Raquel Alves, e logo também no de Rute Anacé, ainda persistem saídas individuais para um problema de natureza estrutural, social e histórica. Uma realidade que gera muita angústia e medo, pois a linguagem do espaço acadêmico, da “produção de ciência”, “de conhecimento” é estranha e por vezes ofensiva para sua cultura. Aqueles que ingressam sentem o tempo todo, que a sociedade, a universidade não admite “fraquezas” emocionais, e que é necessário manter a razão, a força, a frieza e até o silêncio. Existem muitas contradições, questões conflitantes sobre essas dimensões. Muitas experiências demonstram que se avalia o indivíduo, na sua personalidade, caracterizando-o com palavras que

desqualificam inclusive publicamente, confundindo a necessidade de solidariedade e crítica teórica.

Em verdade, trata-se de um choque cultural muito grande para os alunos indígenas, já que eles na visão do outro, não passam muitas vezes, de pessoas oriundas de mais uma favela das muitas que fazem parte da sociedade brasileira, realidade esta que é vivenciada por aqueles que iam de visita ao centro da cidade. Sempre foram acostumados com interpretações superficiais e estereotipados do personagem “índio” e sua imagem mostrada nos livros didáticos de História ao longo dos anos, uma realidade que necessita avançar como bem disseram as protagonistas das histórias aqui consideradas.

E pouco a pouco, assim tem sido... Avançando. Ainda que seja um processo que vem sendo desconstruído, reconstruído, debatido em vários âmbitos educacionais e mesmo a passos lentos produz pequenos avanços. As mulheres indígenas estão ocupando espaços que não são preparados politicamente para suas permanências. O ingresso na universidade tem encorajado novos estudantes, utilizando espaço epistemológico para o fortalecimento da luta do seu povo, distorcendo assim a visão estereotipada que a sociedade tem do indígena ser inferior e incapaz de estar em outros espaços a não ser a aldeia.

Pode-se resumir a trajetória educativa dessas e todas as outras mulheres indígenas, com uma única palavra: RESISTÊNCIA. Como se viu, elas resistiram às piadas sobre pobres, sobre índios, às críticas sobre as escolas que recebem através dos programas de governo, à falta de uma linguagem culta, ao sotaque nordestino e ao fato de terem estudado numa escola pública sucateada que sem dúvida já dificulta e muito o ingresso na faculdade.

Que todos esses discursos nos sirvam para entender o quanto é importante, especialmente nós professores, animarmos as crianças, mulheres indígenas de amanhã, a resistirem situações como essas, mostrando que são capazes de ser o que quiserem.

E a Associação de Alunos Brasileiros da Universidad de Salamanca – ABS, defensores da interculturalidade, sentiu-se honrada pelo convite ter sido aceito por

elas, indígenas que num momento de diálogo ensinaram e aprenderam juntas com os participantes do FIPED SALAMANCA, também a voar.

## Referências

BERMEJO, M. **Urucum, or cómo ponerse moreno rápido y sin arrugarse como una passa.** Disponível em: <https://pepitaygrano.com/urucum-o-como-ponerse-moreno-sin-arrugarse-como-una-pasa/>. Acesso em: 09. abr. 2021.

FREIRE, P. **Teoria e prática da libertação:** uma Introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

GOFFMAN, E. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

HARRIS, M. **Antropologia cultural.** Tradução Vicente Bordoy Hueso, Francisco Revuelta. Madrid, Espanha: Alianza Editorial, 2011.

NASCIMENTO, G. A. do; ALMEIDA, A. R. de; MACHADO, C. J. dos S. Comunidade quilombola de Mituaçú: Relato de estágio docência na Escola Municipal Ovídio Tavares de Moraes. **Ensino em Perspectivas**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 1–19, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4645>. Acesso em: 13 abr. 2021.

ONU: **Comité para la Eliminación de la Discriminación Contra la Mujer (CEDAW)**, Convención sobre la eliminación de todas las formas de discriminación contra la mujer: Respuestas a la lista de cuestiones y preguntas relativas al examen del informe inicial y los informes periódicos segundo y tercero combinados: Pakistán, 1 Marzo 2007, CEDAW/C/PAK/Q/3/Add.1. Disponível em: <https://www.refworld.org/es/docid/4ef994922.html>. Acesso em: 9 abr. 2021.

POPOLO, F. D. (ed.). **Los pueblos indígenas en América (Abya Yala):** desafíos para la igualdad en la diversidad, Libros de la CEPAL, N° 151 (LC/PUB.2017/26), Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe(CEPAL), 2017.

RAQUILDIS A. **Achiote Desinflama La Próstata.** Impotencia de datos en el sistema de información. Disponível em: <https://sportadictos.com/2016/11/urucum-desinflamar-prostata>. Acesso em: 09 abr. 2021.

ROSO, A.; ROMANINI, M. Empoderamento individual, empoderamento comunitário e conscientização: um ensaio teórico. **Psicologia e Saber Social**, 3(1), 83-95, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/12203>. Acesso em: 09 abr. 2021.



SELINGARDI, F. M.; BERTOLDO, M. C. **Falta espaço e reconhecimento para as mulheres na ciência.** Disponível em: <https://diplomatie.org.br/>. Acesso em: 6 nov. 2020.

i. **Racquel Valério Martins**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6865-7592>

Instituto de Iberoamerica da USAL e ABS-Associação dos Alunos Brasileiros da USAL  
Pós-Doutora em Educação e Direitos Humanos pela Universidade Portucalense (CAPES);  
Doutora em Educação e Mestre em Antropologia de Ibero América pela USAL. Presidente ABS.  
Contribuição de autoria: Escrita do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4488883803891813>

E-mail: [racquelvm@gmail.com](mailto:racquelvm@gmail.com)

ii. **Maria Veirislene Lavor Sousa**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2747-3161>

Universidad de Salamanca

Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidad de Salamanca. Mestre em Educação pelo Centro de Investigação de Tecnologias Interactivas de Lisboa. Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade de Fortaleza. Membro ABS. Professora de Sociologia no Governo do Estado do Ceará, Brasil em torno de 15 anos.

Contribuição de autoria: Escrita do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8794003337133142>

E-mail: [veirislene@gmail.com](mailto:veirislene@gmail.com)

iii. **Rute Morais Souza**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5361-8811>

Universidad de Salamanca.

Mestranda do MAI – Máster Interuniversitário de Antropología de Iberoamerica da Usal. Bacharel em Ciências Sociais (Antropologia) pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Membro da ABS- Associação dos Alunos Brasileiros da Universidad de Salamanca.

Contribuição de autoria: Escrita do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1589024985222690>

E-mail: [rutedes@gmail.com](mailto:rutedes@gmail.com)

iv. **Raquel da Silva Alves**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7259-3990>

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, Brasil.

Graduanda em Serviço Social. Colaboradora da Associação de Alunos Brasileiros na Universidad de Salamanca (ABS).

Contribuição de autoria: Escrita do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0296546635320946>

E-mail: [raqueljenipapo@gmail.com](mailto:raqueljenipapo@gmail.com)

**Editora responsável:** Karla Colares Vasconcelos

**Como citar este artigo (ABNT):**

MARTINS, Racquel Valério; et al. Aprendendo e ensinando a voar... a experiência das mulheres indígenas do Ceará com a educação diferenciada. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 2, 2021.

